

4.2.2 - Dos Estados Unidos da América

Deve ser lembrado que o valor normal foi obtido a partir de preços praticados para chapas de 0,30 mm de espessura, não obstante que no demonstrativo de vendas apresentado também constem informações pertinentes às chapas de 0,20 mm e 0,40 mm. Por essa razão, também neste caso, com vistas à obtenção de preço de exportação correspondente às chapas norte-americanas, a fim de preservar a justa comparação, foram consideradas as operações pertinentes às chapas de 0,30 mm.

Uma vez que a análise foi estendida aos EUA por iniciativa própria, as peticionárias não sugeriram qualquer ajuste a fim de levar esse preço à condição ex fábrica. Nessa etapa da análise, não se dispõem de informações para esse fim. Assim sendo, não obstante reconheça que a justa comparação deva ocorrer entre preços na mesma condição de venda, no caso ex fábrica, adotou-se, como preço de exportação das chapas norte-americanas, US\$ 5,14/kg (cinco dólares estadunidenses e quatorze centavos por quilo), na condição FOB, referente às operações envolvendo chapas de 0,30 mm de espessura.

4.3 - Da margem de dumping

Foram apuradas margens de dumping absolutas de US\$ 6,59/kg (seis dólares estadunidenses e cinquenta e nove centavos por quilo), no caso da China e de US\$ 5,13/kg (cinco dólares estadunidenses e treze centavos por quilo) em se tratando dos EUA, correspondentes às margens relativas de dumping de 179,1% e 99,8%, respectivamente.

4.4 - Da conclusão do dumping

Com base nas informações disponíveis, pôde-se concluir pela existência de indícios suficientes da existência de prática de dumping nas exportações para o Brasil de chapas pré-sensibilizadas de alumínio para impressão off-set, classificadas nos itens NCM 3701.30.21 e 3701.30.31, da China e dos EUA.

5 - Do dano causado

O exame do alegado dano baseou-se em indicadores econômicos e financeiros e no exame objetivo do volume das importações brasileiras de chapas pré-sensibilizadas de alumínio para impressão off-set da China e dos EUA, seu efeito sobre os preços do produto similar no Brasil e o consequente impacto de tais importações sobre a indústria doméstica, conforme preceitua o § 1º do art. 14 do Regulamento Brasileiro.

Em observância ao disposto no § 2º do art. 25 do mesmo Regulamento, o comportamento do mercado brasileiro e dos indicadores de desempenho da indústria doméstica considerou o período de julho de 2000 a junho de 2004.

Os efeitos das importações sob análise foram examinados de forma cumulativa, em vista de terem sido atendidos os requisitos constantes do § 6º do art. 14 do Regulamento Brasileiro. Verificou-se que:

a) as margens relativas de dumping de cada um dos países envolvidos na análise - China e EUA - não foram de minimis, ou seja, inferiores a 2%, nos termos do § 7º do art. 14 do Regulamento Brasileiro;

b) os volumes individuais das importações desses países não foram insignificantes, isto é, inferiores a 3% do total importado pelo Brasil, nos termos do § 3º do art. 14 do Regulamento Brasileiro;

c) a avaliação cumulativa dos efeitos daquelas importações foi considerada apropriada em vista das condições de concorrência entre os produtos importados e das condições de concorrência entre estes e o produto similar doméstico, levando-se em conta os seguintes fatores:

c.1) não foram identificadas diferenças nas características físicas das chapas pré-sensibilizadas de alumínio para impressão off-set, importadas e fabricadas no Brasil, que pudessem determinar a existência de distinção entre os produtos;

c.2) não ficou caracterizada segmentação de mercado, por cliente ou condições regionais distintas, entre o produto objeto do pleito, exportado por quaisquer dos países considerados, e entre aquele produzido no Brasil; e,

c.3) não foram identificados quaisquer fatores que indiquem que o produto não possa, indistintamente, ser adquirido da China e/ou dos EUA e/ou do Brasil.

A análise dos indicadores de desempenho da indústria doméstica, em observância ao disposto no § 2º do art. 25 do Regulamento Brasileiro, considerou o período de julho de 2000 a junho de 2004, o qual foi dividido em 4 intervalos de 12 meses: P1= 1º de julho de 2000 a 30 de junho de 2001; P2= 1º de julho de 2001 a 30 de junho de 2002; P3= 1º de julho de 2002 a 30 de junho de 2003; e P4= 1º de julho de 2003 a 30 de junho de 2004.

Os indicadores de desempenho analisados apresentaram a seguinte evolução:

a) crescimento absoluto das importações sob análise, em quantidade e em valor (FOB ou CIF), de P1 para P4 e de P3 para P4, mesmo excluídas as realizadas pela indústria doméstica;

b) crescimento das importações sob análise em relação à produção e ao consumo aparente;

c) queda dos preços FOB das importações sob análise, de P1 para P4. Ao se comparar P4 ao período imediatamente anterior, não obstante a elevação de preços observada, essa foi inferior àquela observada em relação às importações das demais origens. Além disso, os preços FOB da China e dos EUA, em P4, foram inferiores aos demais, à exceção da Coreia do Sul, Itália, Reino Unido e Uruguai, que responderam somente por 7% das compras externas brasileiras nesse período;

d) deslocamento de outros fornecedores estrangeiros concomitantemente a um processo de concentração: em P1 os dois principais fornecedores externos (Reino Unido e Itália) responderam por 45% do total importado. Em P4 os dois principais fornecedores (EUA e China) venderam ao Brasil 65% desse total;

e) aumento da participação das importações sob análise no consumo aparente, de 4,7% em P1 para 32,8% em P4;

f) a redução do grau de utilização da capacidade instalada não foi relacionada às importações sob análise, uma vez haver sido demonstrado que se não houvesse o aumento dessa capacidade, esse grau de utilização teria se mantido praticamente estável;

g) queda das vendas no mercado interno de produto de fabricação própria, de P1 para P4 e de P3 para P4. Computada a revenda de produto importado, ainda assim, é observada redução das vendas ao mercado interno de P1 para P4. De P3 para P4, no entanto, seria observada elevação inferior a 5%. Com isso, a indústria doméstica teve reduzida a sua participação no consumo aparente de P1 para P4 e de P3 para P4, neste último caso, somente se não for considerada a revenda de produto importado;

h) paralelamente, as importações sob análise, excluídas as realizadas pela indústria doméstica, aumentaram sua participação no consumo aparente, de P1 para P4, em mais de 25 pontos percentuais. As demais importações por seu lado, deslocadas pelas sob análise, tiveram sua participação reduzida em cerca de 13 pontos percentuais, também de P1 para P4. De P3 para P4, a indústria doméstica (computada a revenda de produto importado) aumentou essa participação em cerca de 3 pontos percentuais, as importações sob análise em aproximadamente 8 pontos percentuais e as demais importações declinaram a participação em cerca de 9 pontos percentuais;

i) em relação aos estoques, foi observado crescimento, de P1 para P4 e de P3 para P4. Note-se que a relação entre os estoques e a produção também se mostrou desfavorável, ou seja, os estoques que, em P1, equivaleram a cerca de 10% da produção, em P3 e P4 passaram a equivaler a cerca de 11% dessa produção;

j) aumento das exportações, de P1 para P4 e de P3 para P4. Note-se que esse aumento das vendas externas não compromete a possibilidade de atendimento do mercado interno, em razão da ociosidade da indústria doméstica;

l) a análise da produção por empregado também não foi conclusiva, uma vez que o desempenho negativo da indústria doméstica se deveu ao comportamento desse indicador em apenas uma das empresas que compõem a indústria doméstica, visto que na outra foi observado crescimento da produção por empregado, de P1 para P4 e, também, de P3 para P4;

m) em relação à massa salarial em moeda nacional constante, foi observado decréscimo de P1 para P4 e, também, de P3 para P4;

n) queda do faturamento obtido com as vendas ao mercado interno de produto de fabricação própria, em moeda nacional constante, de P1 para P4 e de P3 para P4, denotando queda de preço. Os preços em dólares estadunidenses apresentaram o mesmo comportamento, distinto daquele das importações sob análise, cujos preços acompanharam a tendência de alta observada em relação às demais importações. E mais, os preços das importações sob análise, ao longo de todo o período considerado, estiveram subcotados em relação aos preços da indústria doméstica. Em síntese, foi constatada a depressão e a subcotação de preços;

o) uma vez que a indústria doméstica reduziu continuamente seus custos de produção, efetivamente não foi demonstrada a supressão de preços. De qualquer forma, o resultado da comparação entre preço e custo se deteriorou de P1 para P4 e de P3 para P4, alcançando, neste último período, seu pior resultado; e

p) as margens bruta, operacional e líquida se deterioraram de P1 para P4 e de P3 para P4.

Ficou, por conseguinte, caracterizada a existência de indícios de dano causado pelas importações sob análise, devendo ser registrado que, com base nos dados disponíveis nessa etapa da análise, pode ser concluído que os indicadores da indústria doméstica não apresentaram resultados piores em razão do desempenho exportador e do esforço contínuo pela redução de custos.

O art. 15 do Regulamento Brasileiro estabelece a necessidade de demonstrar o nexo causal entre as importações objeto de dumping e o dano à indústria doméstica, baseado no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos além das importações objeto de dumping, que possam estar causando dano à indústria doméstica na mesma ocasião. O dano provocado por motivos alheios às importações objeto de dumping não serão imputados àquelas importações.

O § 1º do art. 15 do Regulamento Brasileiro dispõe que dentre os fatores relevantes para essa análise, incluem-se, entre outros, o volume e preço de importação que não se vendam a preços de dumping, o impacto do processo de liberalização das importações sobre os preços domésticos, a contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo, práticas restritivas ao comércio pelos produtores domésticos e estrangeiros, e a concorrência entre eles, progresso tecnológico, desempenho exportador e produtividade da indústria doméstica.

No caso presente, a deterioração do desempenho da indústria doméstica em P4 e também em P3, comparativamente aos períodos anteriores, não pode ser atribuída a processo de liberalização das importações, já que as condições não se alteraram ao longo do período analisado, no que diz respeito à existência de barreiras técnicas às importações ou a eventuais controles administrativos.

As alíquotas do Imposto de Importação mantiveram-se constantes nos anos de 2001 a 2003, e pouco se reduziram em 2004, não podendo ser imputado à variação deste tributo eventuais aumentos de importações de forma a causar dano à indústria doméstica. Ademais, a redução da alíquota do Imposto de Importação ocorrida foi de 1,5 ponto percentual e foi aplicado em seis meses de P4.

Quanto às demais importações de chapas, estas declinaram e apresentaram preços superiores aos das importações sob análise, não havendo como imputar a essas importações de terceiros origens o dano à indústria doméstica. Ou seja, foi observado um avanço significativo da participação das importações sob análise consumo aparente, deslocando vendas domésticas e, também, as demais importações.

Também não se constatou, pelo menos nesta fase da análise, alteração nos padrões de consumo ou qualquer fator tecnológico que pudesse ter prejudicado o desempenho da indústria doméstica.

Por outro lado, as exportações da indústria doméstica cresceram sucessivamente, do que decorre que essas vendas não contribuíram para os resultados negativos da indústria doméstica, mas sim para que seu desempenho não fosse ainda mais agravado. Outro importante elemento a contribuir para que a indústria doméstica não apresentasse resultados ainda piores foi a contínua redução de custos, observada em ambas as empresas.

As importações realizadas pela indústria doméstica, caso iniciada a investigação, deverão ser objeto de análise, com vistas a examinar se, efetivamente, trata-se de importações complementares, às quais, certamente, não pode ser atribuído qualquer dano.

Não foram, por conseguinte, identificados outros fatores que pudessem estar causando dano à indústria doméstica. Por outro lado, foi demonstrada a existência de indícios de que as importações sob análise causaram dano à indústria doméstica.

6 - Da conclusão

Concluiu-se, assim, haver indícios de que ao longo do período analisado a indústria doméstica de chapas pré-sensibilizadas para impressão off-set sofreu dano em decorrência das importações do produto da China e dos EUA.

Recomendou-se a abertura da investigação e, de acordo com o § 1º do art. 25 do Regulamento Brasileiro, e também a atualização dos períodos de análise da prática de dumping e de dano, conforme segue:

a) prática de dumping - 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005; e,

b) ocorrência de dano - 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2005.

SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA Nº 12, DE 12 DE ABRIL DE 2006

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 16, de 2 de fevereiro de 2006, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 do Código Civil, e o que consta no Processo MDIC nº 52700-001075/05-37, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, a deliberação do Administrador Delegado e representante legal da Sociedade S.G.F. - S.p.A., da sociedade estrangeira S.G.F. SOCIETÀ GENERALE FONDAZIONE S.p.A., autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 704, de 24 de outubro de 2000, concernente à nomeação do Senhor Massimo Guala como Representante Legal da sua sucursal no Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON LUPATINI JUNIOR

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 113, DE 7 DE ABRIL DE 2006

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 41, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e arts. 41 a 45 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, resolve:

Art. 1º Instituir o Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal.

Art. 2º Ao Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal compete:

I - aprovar a estrutura do sistema de gestão da Reserva da Biosfera do Pantanal e coordená-lo;

II - representar a Reserva da Biosfera do Pantanal junto à Comissão Brasileira para o Programa "O Homem e a Biosfera" - COBRAMAB, sempre que solicitado;

III - propor à COBRAMAB macro-diretrizes para a implantação e o desenvolvimento da Reserva da Biosfera do Pantanal;

IV - elaborar o plano de ação da Reserva da Biosfera do Pantanal, propondo prioridades, metodologias, cronogramas, parcerias e áreas temáticas de atuação, de acordo como os objetivos básicos enumerados no art. 41 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

V - reforçar a implantação da Reserva da Biosfera do Pantanal, por meio da proposição de projetos piloto, em pontos estratégicos de sua área de domínio;

VI - implantar, nas áreas de domínio da Reserva da Biosfera do Pantanal, os princípios básicos constantes do art. 41 da Lei nº 9.985, de 2000; e

VII - elaborar seu regimento interno num prazo de sessenta dias após sua instalação.

Art. 3º O Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal atuará mediante resoluções visando implantação de suas competências.

Art. 4º O Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal compõe-se de:

I - um representante titular e respectivo suplente dos órgãos, entidades, governos e organizações não-governamentais a seguir indicados:

a) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
b) do Ministério das Cidades;



- c) do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
 - d) do Ministério da Integração Nacional;
 - e) do Ministério do Meio Ambiente;
 - f) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;
 - g) do Estado de Goiás;
 - h) do Estado de Mato Grosso;
 - i) do Estado de Mato Grosso do Sul;
 - j) das populações tradicionais;
 - l) das associações de moradores;
 - m) dos proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural;
 - n) do setor patronal de turismo;
 - o) dos trabalhadores no setor de turismo;
 - p) do setor patronal industrial, indicado pela Federação das Indústrias de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e
 - q) dos trabalhadores do setor industrial.
- II - dois representantes dos órgãos e organizações não-governamentais a seguir indicados:
- a) das Prefeituras Municipais, indicados pela Associação Matogrossense dos Municípios-AMM e Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul;
 - b) das organizações não-governamentais ambientalistas, indicados pelo Fórum Matogrossense de Desenvolvimento-FORMAD/MT e Fórum Matogrossense de Desenvolvimento Sustentável-FORMADES/MS;
 - c) das organizações não-governamentais sociais;
 - d) dos povos indígenas;
 - e) da comunidade científica;
 - f) do segmento dos proprietários rurais, indicados pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso-FAMATO e Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul-FAMASUL;
 - g) do segmento de trabalhadores rurais; e
 - h) do setor de pesca profissional.

Parágrafo único. Os representantes constantes das alíneas “j” a “q” do inciso I e do inciso II, deste artigo, deverão ser residentes ou atuantes na área de abrangência da Reserva da Biosfera do Pantanal, conforme mapa constante do Anexo II.

Art. 5º As indicações dos titulares e respectivos suplentes serão efetuadas sob a coordenação da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente:

§ 1º Os representantes e respectivos suplentes constantes das alíneas “a” a “i” do inciso I do art. 4º, serão indicados pelos titulares dos órgãos, entidade e governos, e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º Os representantes dos segmentos abaixo relacionados serão definidos mediante processo eleitoral, sendo:

I - populações tradicionais: organizações de grupos culturalmente diferenciados, vivendo num determinado ecossistema, com modo de vida particular e estreita dependência dos recursos naturais, tais como ribeirinhos, quilombolas e isqueiros.

II - associações de moradores: entidades civis sem fins lucrativos, que congregam pessoas interessadas na defesa dos interesses de um bairro, como na proteção do meio ambiente, do patrimônio cultural, da saúde e do saneamento.

III - trabalhadores rurais: organizações de trabalhadores rurais assalariados e agricultores familiares.

IV - proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural: donos das referidas reservas, do grupo das unidades de conservação de uso sustentável.

V - patronal de turismo: organizações do setor da economia responsável por oferecer empregos nos diferentes ramos do turismo.

VI - trabalhadores do setor de turismo: organizações de trabalhadores do setor de turismo.

VII - trabalhadores do setor industrial: organizações que representam os trabalhadores de indústrias.

VIII - organizações não-governamentais sociais: organizações mediadoras entre situações sociais concretas, movimentos sociais e organizações de base.

IX - povos indígenas: organizações formadas por índios de diferentes etnias.

X - comunidade científica: pesquisadores de ensino superior, pública ou privada e das entidades de pesquisas tecnocientífica sobre recursos naturais.

XI - pescadores profissionais: organizações que representam os profissionais que praticam atividades pesqueiras artesanalmente e que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida.

§ 3º Os representantes relacionados no § 2º, deste artigo, serão definidos entre aqueles que atuam nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Art. 6º O processo eleitoral mencionado no § 2º do art. 5º, desta Portaria será realizado da seguinte forma:

I - as organizações com mais de dois anos de criação deverão inscrever-se mediante preenchimento do formulário constante do Anexo I desta Portaria, bem como apresentar documentação indi-

- II - cada organização só poderá inscrever-se em apenas um dos segmentos constantes do § 2º do art. 5º desta Portaria, de acordo com sua atividade principal prevista no estatuto social;
- III - a habilitação está condicionada ao recebimento e análise dos documentos;
- IV - as organizações inscritas receberão a relação das organizações habilitadas, efetuando a votação conforme o número de representantes previstos no art. 4º desta Portaria, sendo considerados representantes titulares aqueles que receberem o maior número de votos, e em caso de empate, ganhará a entidade mais antiga, respeitando o inciso V deste artigo;
- V - no caso dos segmentos que contam com apenas um representante a definição ocorrerá na instalação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, tendo como critério a isonomia entre as representações dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- Art. 7º O Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal efetuará os procedimentos necessários à realização do processo eleitoral mencionado no caput do art. 6º desta Portaria.
- Art. 8º Os membros do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal terão um mandato de dois anos a contar da instalação do referido Conselho.
- Art. 9º A participação no Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal não enseja qualquer tipo de remuneração.
- Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 366, de 14 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005, Seção 1, página 159.

MARINA SILVA

ANEXO I

Cadastro de Organizações Civis para o Conselho da Reserva da Biosfera do Pantanal

1. Identificação	
Razão Social	Sigla:
2. Sociedade Civil	
Organizações de populações tradicionais	
Associações de moradores	
Proprietários de RPPNs	
Organizações do Setor Patronal de Turismo	
Organizações do Setor dos Trabalhadores de Turismo	
Membros da Comunidade Científica	
Organizações não-governamentais sociais	
Organizações Indígenas	
Organizações do Setor Industrial	
Organizações do Setor Profissional de pesca	
Organizações do Setor de Trabalhadores Rurais	
3. Objeto Social/Finalidades:	
4. Atuação na Área Física da Reserva da Biosfera do Pantanal e/ou Trabalhos Publicados	
5. Registro	
Data da fundação: / /	Nº do CNPJ: / /
6. Endereço da Entidade	
Rua/Avenida: Nº	
CEP: Município:	
Telefone: () E-mail:	
FAX: ()	
7. Tempo de Atuação:	
Anos:	
8. Responsável(eis) Legal(is) pela Entidade	
Nome: Cargo:	
End/Fone: E-mail:	
Data e Assinatura: / / -	

Observação: Documentos para comprovação da atuação na Reserva da Biosfera do Pantanal e Estatuto Social.

